

REQUERIMENTO
(Do Sr. STEFANO AGUIAR)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo a criação de programa nacional de combate às drogas e à violência nas escolas das redes públicas e privada.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo a criação de programa nacional de combate às drogas e à violência nas escolas das redes públicas e privada.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado STEFANO AGUIAR

INDICAÇÃO Nº , DE 2015
(Do Sr. STEFANO AGUIAR)

Sugere a criação de programa nacional de combate às drogas e à violência nas escolas das redes públicas e privada.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação:

O Mapa da Violência 2013, elaborado por Julio Jacobo Waislefish, com o apoio da Secretaria Nacional de Juventude, ligada à Secretaria-Geral da Presidência da República, debruçou-se sobre o tema “Homicídios e Juventude no Brasil”. Entre os aspectos identificados pela pesquisa, destacamos:

- O Brasil, com sua taxa de 27,4 homicídios por 100 mil habitantes, supera largamente os índices dos 12 países mais populosos do mundo. Só o México se aproxima: sua taxa foi de 22,1.
- O número de homicídios juvenis não é proporcional ao peso demográfico desse grupo (15-24 anos). Apesar de os jovens representarem aproximadamente 18% da população total, o número de assassinatos nessa faixa gira em torno de 36% do total, praticamente o dobro do que seria esperado em função de seu peso.

Na pesquisa, Waislefish analisa os dados colhidos nos últimos quinze anos e aponta uma mudança nos padrões de evolução da

violência homicida no país, com o surgimento de dois processos concomitantes de desconcentração dos homicídios. Por um lado, a interiorização: até 1996 o crescimento dos homicídios acontecia fundamentalmente nas capitais e nas grandes regiões metropolitanas; de 1996 a 2003 houve certa estagnação dos dados; a partir daí os polos dinâmicos da violência vão se deslocando, progressivamente, rumo aos Municípios do interior. Nesse último período, as taxas das capitais começam a encolher, enquanto as do interior continuam crescendo, em um processo de aproximação de níveis de violência.

O segundo movimento de mudança nas estatísticas de homicídio foi identificado pela pesquisa como disseminação. Os Estados relativamente tranquilos na virada do século XXI vêm experimentando significativos aumentos nos seus níveis de violência. Esses dois processos concomitantes originaram a migração dos polos dinâmicos da violência de um limitado número de capitais e/ou grandes regiões metropolitanas, cujos aparelhos de segurança ganharam eficácia, para regiões menos protegidas, seja em um processo de interiorização para Municípios do Estado, seja em um processo de disseminação para outros Estados.

A pesquisa também desagregou as estatísticas gerais para entender onde se localizavam as maiores taxas de homicídio entre jovens e que padrão poderia ser associado a essa distribuição. Em síntese, as “constelações de municípios” com mecanismos de geração de violência foram agrupadas em grandes grupos:

- **Novos polos de desenvolvimento.** Com o processo de desconcentração econômica ocorrido no Brasil, principalmente nas décadas finais do século XX, emergem novos polos de desenvolvimento, no interior dos estados mais desenvolvidos ou em outras áreas periféricas. Esses novos polos tornam-se áreas atrativas de população e de investimentos que, diante da limitada presença dos poderes públicos, principalmente na área de segurança, convertem-se também em polos atrativos de criminalidade e de violência.

- **Municípios de zona de fronteira.** Dominadas por grandes interesses e estruturas do contrabando de armas, de produtos, de pirataria e/ou, também, rotas do tráfico.

- **Municípios do arco do desmatamento amazônico.** Palco de interesses políticos e econômicos em torno de megaempreendimentos agrícolas que movimentam madeiras ilegais,

processos de grilagem de terras, de extermínio de populações indígenas e de trabalho escravo.

- **Municípios de turismo predatório.** Localizados, principalmente, na orla marítima, que atrai turismo flutuante de finais de semana.

- **Municípios com domínio territorial de quadrilhas, milícias e/ou tráfico.**

- **Currais políticos tradicionais do coronelismo e pistolagem.**

Sabemos que o governo tem buscado ampliar suas políticas públicas de modo a alcançar o jovem e minimizar os impactos de ambientes onde predomina a cultura da violência sobre esse grupo populacional. O Plano Juventude Viva, por exemplo, elaborado pela Secretaria Nacional de Juventude, reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social para os jovens entre 15 e 29 anos.

No início da década de 2000, o Programa Nacional Paz nas Escolas, capitaneado pelo Ministério da Educação e com envolvimento multissetorial, preocupava-se em capacitar professores e policiais para prevenir e/ou lidar com atos de violência na escola. A capacitação de professores orientava-se para o trabalho pedagógico proposto nos currículos transversais de Ética e Cidadania, dos Parâmetros Curriculares Nacionais. A ação, conforme informação colhida, foi interrompida e jamais retomada.

Sr. Ministro, entendemos que é indispensável envolver as escolas nesse processo de combate à violência. É preciso plantar sementes de paz e de respeito ao outro no alunado do ensino fundamental e médio, nas escolas públicas e privadas. É indispensável que o processo de formação desses novos cidadãos considere a relevância desse tema na atualidade brasileira. Sabemos, inclusive, como nos mostram as estatísticas e análises do Mapa da Violência, onde é mais urgente atuar. São facilmente identificáveis as localidades em que o governo deve centrar esforços e conjugar ações das áreas setoriais para um resultado mais efetivo.

Associada à questão da violência, preocupa-nos o avanço das drogas em nossa sociedade. O uso indevido de drogas constitui séria e persistente ameaça a nossa juventude. O problema aflige jovens independentemente do nível socioeconômico e o contato inicial tem sido cada vez mais precoce. As consequências do uso indevido e abusivo de drogas repercutem não só no desenvolvimento pessoal e nos projetos de vida de milhares de jovens, mas também geram impactos sobre os índices de criminalidade, violência, educação e saúde.

Diante desse cenário, trazemos a V.Exa. a sugestão de criar um “Programa Educacional de Combate ao Uso de Drogas e à Violência”, a ser desenvolvido de forma multissetorial, direcionado às escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. A nosso ver, esta é uma medida que se insere entre as competências desse Ministério da Educação, em colaboração com órgãos como o Ministério da Justiça e o Ministério Público Federal.

A adoção desse programa pode inclusive despertar o interesse de pais e mestres a se envolverem com o tema para além dos muros escolares, colaborando para a formação de conselhos municipais antidrogas, previstos no Sistema Nacional Antidrogas – Sisnad. Esse sistema foi regulamentado pelo Decreto nº 3.696, de 21/12/2000, e orienta-se pelo princípio básico da responsabilidade compartilhada entre Estado e Sociedade, adotando a estratégia de cooperação e articulação de esforços entre governo, iniciativa privada e sociedade civil.

Em vista do exposto, acreditamos que esse MEC tem um papel importante a desempenhar para induzir a realização de ações locais de prevenção ao uso de drogas nas escolas e de prevenção e combate a toda forma de violência, razão pela qual confiamos que V.Exa. empreenderá os esforços e destinará os recursos necessários para viabilizar tal proposta.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado STEFANO AGUIAR